

PERIFERIA, PENTECOSTALISMO E NEGRITUDE: ALGUNS CONCEITOS IMPORTANTES

VERIDIANA MACHADO ROSA OLIVEIRA¹; LOUISE PRADO ALFONSO²

¹Universidade Federal de Pelotas 1 –veridiana.rosaliveira@gmail.com

²Unversidade Federal de Pelotas – louiseturismo@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar alguns pressupostos de minha pesquisa de mestrado intitulado “*A negritude pentecostal: uma etnografia na periferia de Pelotas – RS*”. A pesquisa objetiva lançar olhares antropológicos sobre a religião cristã e os negros/as pentecostais. A dissertação trará a oportunidade de aprofundar, através da etnografia, o estudo sobre periferia, raça (negritude) e religião (pentecostalismo) na cidade de Pelotas- RS.

Neste texto procuro expor resultados iniciais de minha pesquisa bibliográfica, apresentando os conceitos que embasam a pesquisa. Também reflexões que, de certa forma, justificam a relevância da pesquisa. A Igreja do Evangelho Quadrangular, onde a etnografia será realizada, fica em uma periferia chamada Navegantes, localizada em área urbana na cidade de Pelotas - RS. É neste lugar, e com os/as frequentadores/as negros/as, que pretendo compreender como se dão as relações raciais, através de métodos e teorias antropológicas.

2. METODOLOGIA

Para a apresentação deste trabalho dediquei –me à pesquisa bibliográfica, a qual embasará as atividades de campo. Dispus-me a pesquisar autores que debatem conceitos relevantes para minha dissertação. Cabe ressaltar que o método etnográfico quando aplicado considera “também a contribuição teórica” (PEIRANO, 2014. P. 383). Neste sentido, os conceitos aqui apresentados mostram sua significância nesta fase da minha pesquisa, pois ajudarão a lançar um olhar científico da antropologia sobre o grupo pesquisado, e serão também degraus para adição bibliográfica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro conceito importante para o trabalho é o de cidade. Para transformá-la em uma fonte de estudo dentro da Antropologia, Pereira Neto nos remete a apontamentos em que o espaço urbano, culturalmente, através da territorialização, “está sendo constantemente conformado pelas ações discursivas que buscam estabelecer sua realidade” (NETO, 2017, p.104). Tal visão cultural excede os limites de tempo e espaço, somando ao conceito de lugar, que se encaixa no bairro Navegantes, pois é um local que “reforça a experiência dos sujeitos, os modos de habitar dos cidadãos, como um elemento decisivo na conformação do espaço urbano” (NETO, 2017, p. 104).

Outro conceito crucial é periferia. A distância geográfica entre centro e pobreza, rotula a periferia como “a inferioridade material e social da cidade” (MATTOS, 2019, p. 64). Entendo a periferia conforme Mattos, que rompe a distância geográfica e percebe a periferia como “lugar de criação” (MATTOS, 2019, p. 66). No entanto, estudar os agentes deste lugar, entendendo que este “território”

“não tem suas situações e demandas reconhecidas pelo poder público” (NETO, 2017, p. 108), se tornará também parte importante da construção da minha análise.

Se, sociologicamente, a periferia é intitulada como “pobreza” (MATTOS, 2019, p. 64), sigo a linha dos antropólogos acima referenciados que não se desfazem de tal premissa, mas que consideram outros aspectos, relativizando e entendendo a periferia também como espaço de convivências familiares, de vivências e de trocas, como, enfim, um “produto da cultura” (NETO 2017, p. 104). Por isso, intenciono pensar periferia articulado com a compreensão de raça, como “realidade social e política, considerando a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão” (MUNANGA, 2003, p. 6). Uma vez que a diferença dos seres humanos foi classificada por raça - esta biologicamente inexistente (MUNANGA, 2003) - e usada como justificativa de exploração, única e exclusivamente por causa dos traços negroides, torna-se necessário resgatar este termo para fortalecer a luta ativista e, conseqüentemente, política, em prol de continuar desfazendo estigmas e preconceitos (GUIMARÃES, 2011).

Explico minha associação baseada em Abdias Nascimento, que fala da nossa condição de escravizados e como nos encontrávamos no período pós-abolição. No período entre 1920 e 1937, ainda enfrentávamos duras dificuldades na tentativa de inserção social, sendo anunciado através de um veículo de comunicação, “denunciando a discriminação racial, que nega a os negros trabalho, emprego, dificulta sua educação e ingresso no sistema escolar, só lhe permite moradia inferiores” (NASCIMENTO, 1978, p. 41). Até hoje, as mesmas dificuldades ainda são encontradas. Existe uma herança no que se relaciona à nossa invisibilidade, refletindo nos meios de acesso políticos e sociais. Em função disso, ressignificar o termo raça, neste projeto, torna-se oportuno.

Em alguns momentos nos misturamos racialmente (NASCIMENTO, 1978), religiosamente (BASTIDE, 1971), socialmente (NASCIMENTO 1978) e nesse hibridismo, explicitam-se formas de dominação do branco sobre o negro. Esta “mistura” não significa que vivemos em uma sociedade antirracista. No Brasil, tal realidade aponta para o problema da negação do racismo.

Por essa razão, falar de racismo no Brasil torna-se ideológico:

As ideologias são imagens invertidas do mundo real e as relações sociais de dominação as produzem para ocultar os mecanismos de opressão. Assim, o mito da democracia racial era uma distorção do padrão das relações raciais no Brasil, construído ideologicamente por uma elite considerada branca, intencional ou involuntariamente, para maquiar a opressiva realidade de desigualdade entre negros e brancos (DOMINGUES, 2005, p. 118).

Contudo hoje, os movimentos sociais e políticos afirmam suas ideologias, através de estratégias para possibilidades de visualização, reparação, igualdade e equidade. Isto torna-se importante, pois ainda existem consequências de um ideário racista que se solidificou por aqui. Para o racista nós, negros, somos “um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo ao qual ele pertence” (MUNANGA, 2003, p. 8).

Seguimos e resistimos, em busca de reconhecimento profissional e acadêmico. Dentro desta perspectiva, é proveitoso estudar a religião que “reitera-se como oportunidade para o exercício de variadas elaborações analíticas, que permitem relacioná-la a muitas outras dimensões culturais e sociais” (SANTOS, 2015, p. 10). A diversidade de religiões não se presta a julgamentos de valor, pois “não há religiões falsas” (DURKHEIM, 1996, p. 7). Antropologicamente, a pesquisa

teológica, vislumbra a análise “interpretativa à procura do significado” (GEERTZ, 1978, p. 15). Nos rituais, existem símbolos (TURNER, 2005), formas e maneiras de agir (DURKHEM, 1996). O que instiga é que o ambiente se constitui entre essas e outras características ritualísticas. Assim, examinar o pentecostalismo, se torna relevante, pois o grupo reunido “reforça o sentimento de pertença, ou dependência de uma ordem moral superior, que salvam os indivíduos do caos e da desordem” (SEGALEN, 2002, p. 22).

A chegada do pentecostalismo no Brasil ocorreu através de pessoas brancas: “algo puxado para o sagrado e separado do político” (WULFHORST, 1995), diferente de sua raiz nos Estados Unidos, onde os negros incluíam no movimento pentecostal, o ativismo e a luta política (WULFHORST, 1995). No Brasil, a universalidade faz parte do discurso pentecostal (REINA, 2017). Sendo assim, pretendo estudar o contexto religioso em que estão incluídos alguns negros pentecostais do bairro Navegantes, da cidade de Pelotas - RS. Compreendendo toda subjetividade que consiste em conviver em grupo, o modo de agir individual que influencia nos relacionamentos dentro e fora da igreja merece ser analisado.

Minha proposta estende-se sobre o caminho religioso, atual e anterior, valorizando, através da etnografia, o percurso da fé. Ronaldo Almeida lembra que o grande número de religiões tem sido usado pelos frequentadores da seguinte forma: “mais transitiva e menos fiel...” (ALMEIDA, 2004, p. 15). Este trajeto religioso é considerável da seguinte forma: o negro possui suas raízes religiosas nas religiões de matriz afro (CONTINS, 2004). A intolerância, a discriminação e a fé das pessoas escravizadas existiram desde o começo da escravidão (NASCIMENTO, 1978). De acordo com Roger Bastide, “O branco até o começo do século XX não se esforçou para compreender as religiões de seus escravos fora de seus conceitos e de sua cultura própria” (BASTIDE, 1971 p. 200). Neste sentido, pretendo pesquisar o pentecostalismo, reconhecendo que, para este movimento religioso, as religiões de matrizes africanas é o “Outro”, que deve ser exorcizado (CONTINS, 2005, p. 41). Compreendendo que essa subjetividade é mais um aspecto importante para construção de minha análise. Logo, consciente de que toda perseguição que estas religiões sofrem continuam sendo parte de um plano racista, do apagamento do negro e sua cultura, minha pesquisa objetiva investigar os processos relativos ao campo de estudo aqui referenciado.

4. CONCLUSÕES

Neste trabalho procurei apresentar debates sobre os principais conceitos que darão início à minha pesquisa de campo. Através do conhecimento teórico, realizei uma associação entre periferia e raça e transferi estas duas categorias para dentro do pentecostalismo, visando demonstrar a intenção da minha pesquisa de mestrado, destacando a importância de se trabalhar o tema nos contextos sociais e científicos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. de. Religião na Metrópole Paulista. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**; v. 19 n. 56. Outubro/2004.

BASTIDE, R. **As Religiões Africanas no Brasil**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1971.

CONTINS, M. Os pentecostais e as religiões afros brasileira. **Textos escolhidos de cultura e artes populares**, vol.2. n. 2, 2005.

CONTINS, M. Subjetividade e Alteridade: Os pentecostais negros no Brasil e nos Estados Unidos. **Logos**, v. 11, n. 2, p. 151-173, 2004.

DOMINGUES, P. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos Latino-americanos**, Dinamarca, v.10, p. 117-132, 2005.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida Religiosa: O sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Paulinas, 1989 (1996).

GEERTZ, C. **Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUIMARÃES, A. S. A. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 20, p 265-271, 2011.

MATTOS, T. S. de. **Pentecostalismo e Periferia**. Campinas: Saber Criativo, 2019.

MUNANGA, K. Uma Abordagem Conceitual Das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. **3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB**. Rio de Janeiro, 2003.

NASCIMENTO, A. do. **O genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NETO, F. P. Observar a cidade e seus habitantes: A contribuição da etnografia. **Revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade**. Pelotas, v.1. n.3, primavera de 2017.

PEIRANO, M. Etnografia não é Método. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 20, n.40, p. 377-391, jul./dez. 2014.

SANTOS, C. A. As santas da vila Maria da Conceição. In: TAVARES, F. & GIUMBELLI, E. (Org.) **Religiões e temas de pesquisa contemporâneos: diálogos antropológicos**. Salvador: EDUFBA ABA publicações, p. 273-304, 2015.

SEGALEN, M. **Rito, Sagrado, Símbolo. Ritos e rituais contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

TURNER, V. Os Símbolos no Ritual Ndembu. In: **Floresta de Símbolos**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, p. 49-94, 2005.

WULFHORST, I. O Pentecostalismo no Brasil. **Estudos teológicos**, 35(I):7-20, 1995.